

Lançado Grupo Técnico de Trabalho de Cabo Delgado sobre Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos

● No âmbito de implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos, foi lançado na quinta-feira, 31 de Março, o Grupo de Trabalho Provincial de Cabo Delgado, com enfoque em questões operacionais, incluindo o diálogo, o engajamento de stakeholders, a participação comunitária e a mitigação de incidentes de violação dos direitos humanos nas comunidades. A estrutura do Grupo Técnico de Trabalho sobre os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos inclui autoridades da província de Cabo Delgado; o sector privado nacional e internacional activo em Cabo Delgado; a sociedade civil de Cabo Delgado e observadores.



Tal como acontece com o Grupo de Trabalho Nacional, a coordenação do Grupo Técnico de Cabo Delgado também será feita pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, apoiado pelo Ministério da Defesa Nacional, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) será responsável pelo Secretariado e o Geneva Centre for Security Sector Governance (DCAF) vai prestar a assistência técnica. A implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos conta com o apoio do Alto Comissariado Britânico em Moçambique e da Cooperação Suíça.

O lançamento do Grupo de Trabalho Provincial é o culminar de vários meses de reuniões preparatórias e actividades de investigação, que incluem investigação e análise para um estudo de base sobre a situação de Segurança e Direitos Humanos em Cabo Delgado e consultas com autoridades da província. Intervindo na cerimónia, o Governador de Cabo Delgado reiterou o apoio e o compromisso do governo local na implementação efectiva dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos.

“Ao apoiarmos esta iniciativa é do nosso interesse que o Grupo Provincial sobre Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos influencie para que os actuais polos de desenvolvimento sejam acompanhados de acções que assegurem a participação e o envolvimento de todos os sectores de desenvolvimento, com destaque para os locais para evitar assimetrias e, por conseguinte, os riscos relacionados com segurança e direitos humanos”, disse Valige Tauabo .

O Governador de Cabo Delgado lembrou que a província dispõe de um enorme potencial de recursos naturais capaz de gerar riqueza e reverter o cenário de pobreza. Por isso, defendeu que no processo de exploração dos recursos naturais é imperioso que seja salvaguardado o espaço para os empreendedores do sector informal como forma de evitar situações que comprometem a segurança e os Direitos Humanos. “Que seja salvaguardada a transparência e a participação de todos no processo de desenvolvimento, com relativa atenção aos actores locais”.

Por sua vez, o Secretário de Estado de Cabo Delgado defendeu isse que o lançamento do Grupo Técnico de Trabalho Provincial representa uma oportunidade para aprender e conformar as acções de reconstrução de Cabo Delgado com as normas jurídicas nacionais e internacionais que visam assegurar a justiça e o respeito pelos Direitos Humanos. António Supeia fez notar que além da implementação do Plano de Reconstrução nas zonas afectadas pelo terrorismo, decorrem acções de preparação das condições para o retorno das populações às suas zonas de origem.



VALIGE TAUABO
Governador de Cabo Delgado



ANTÓNIO SUPEIA
Secretário de Estado de Cabo Delgado



SEUAN DAVIDSON, Alto Comissariado Britânico em Moçambique



PROF JOÃO MACHATINE ADIN



ALAN BRYDEN
DCAF



MANUEL DIDIER MALUNGA, Secretário Permanente do Ministério da Justiça



ANASTÁCIO ZAQUEU BARASSÁ, Brigadeiro das Forças Armadas



JOANA MARTINS,
Voluntários Anónimos de Moçambique

“Essas acções são levadas a cabo tendo em conta a necessidade da salvaguarda da justiça e dos princípios básicos de Direitos Humanos, respeitando a política e a estratégia de gestão de deslocados internos e os protocolos das Nações Unidas e da União Africana. Os Direitos Humanos são apanágio da actuação do Estado e das suas instituições. Por isso, advogamos a necessidade de assegurar a capacitação contínua das instituições e agentes relevantes na implementação de matérias de Direitos Humanos à escala nacional”.

A implementação efectiva dos Princípios Voluntários em Moçambique conta com a assistência técnica da DCAF, que esteve representado por Alan Bryden. Intervindo na cerimónia de Pemba, Alan Bryden destacou a importância do compromisso da Secretaria de Estado, do Governo de Cabo Delgado, das empresas e da sociedade civil em trabalharem juntos no Grupo de Trabalho Provincial sobre os Princípios Voluntários. “Acreditamos que esta iniciativa pode ter um contributo muito para a segurança das comunidades, apoio ao desenvolvimento económico e social e para a criação de um bom ambiente de negócios”.

O representante do DCAF lembrou que só pode haver diálogo quando todas as partes estiverem representadas no Grupo Técnico de Trabalho. “Só através de um diálogo com todas as partes pode haver solução para o problema que Cabo Delgado enfrenta. Não existe um modelo de trabalho perfeito sobre os Princípios Voluntários, por isso é importante considerar sempre o contexto”, defen-

deu Alan Bryden.

O Alto Comissariado Britânico em Moçambique e a Cooperação Suíça para o Desenvolvimento são os parceiros que apoiam a iniciativa dos Princípios Voluntários em Moçambique. Seuan Davidson, do Alto Comissariado Britânico em Moçambique, vê na criação do Grupo de Trabalho Nacional e no Grupo Técnico de Cabo Delgado sinais do compromisso do Governo com a implementação efectiva dos Princípios Voluntários. “Esperamos que a iniciativa contribua para promover os Direitos Humanos e para a melhoria do ambiente de negócios e segurança em Cabo Delgado”.

Já o representante da Cooperação Suíça para o Desenvolvimento em Moçambique, Jean Mathieu, defendeu que os Princípios Voluntários podem ajudar na resolução dos problemas de segurança e Direitos Humanos que afectam a província de Cabo Delgado. “Por isso, entendemos que o envolvimento das autoridades locais e das comunidades é fundamental para o sucesso desta iniciativa”.

O Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, que coordena e lidera a implementação efectiva dos Princípios Voluntários em Moçambique, esteve representado pelo respectivo Secretário Permanente, Manuel Didier Malunga. Intervindo no evento, o Secretário Permanente defendeu a formação e capacitação das comunidades e das Forças de Defesa e Segurança em matérias de Direitos Humanos.

“O Governo de Moçambique reafirma o seu total comprometimento e apoio à participa-

ção de jovens e mulheres neste processo. No seu papel de liderança e coordenação, o Governo manifesta total disponibilidade trabalhar em conjunto com o sector privado e a sociedade civil por forma a promover um bom ambiente de segurança e negócios nas zonas onde decorre a exploração de recursos naturais”, disse Manuel Didier Malunga, apelando às empresas multinacionais de exploração de recursos naturais a respeitarem os Direitos Humanos.

Em representação do Ministério da Defesa Nacional, o Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassá, afirmou que o sector de Defesa olha para os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos como uma ferramenta que ajuda a aprofundar as relações institucionais, com enfoque para as relações civil-militares, num contexto em que se recomenda um diálogo inclusivo onde as instituições públicas, a comunidade internacional, a sociedade civil e o sector privado são actores fundamentais. “O Ministério da Defesa Nacional comunga da necessidade de protecção e promoção dos Direitos Humanos. A implantação do Grupo de Trabalho de nível provincial é um contributo para aprofundar o conhecimento dos factores que conduzem ao extremismo violento em Cabo Delgado”.

O Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassá defendeu que o Grupo de Trabalho deve promover o diálogo inter-identitário e ser uma plataforma para a promoção das relações civil-militares, tendo em atenção o papel das Forças de Defesa e Segurança em contextos de conflito armado. “É desejável ainda ter em



conta que a situação prevalecente e a dinâmica do conflito obrigam à massificação deste tipo de plataformas, na medida em que enquanto prosseguem as operações militares para deter a iniciativa combativa dos terroristas, justifica-se a materialização de programas que possam concorrer para a desradicalização bem como para a prevenção de novos recrutamentos juntos das comunidades”.

O sector privado internacional esteve representado pela petrolífera francesa TotalEnergies, líder do projecto Mozambique LNG, na Área 1 da Bacia do Rovuma. Falando em nome da TotalEnergies, Delphine Fauque, disse que a empresa tem estado a treinar as forças públicas e privadas em matérias relacionadas com os Princípios Voluntários. “Estamos a formar os formadores dos comandantes da Polícia e do Exército. Estamos a criar ligações entre as lideranças comunitárias e as forças conjuntas. Estamos a investir nas comunidades para produzirem comida. Ainda na ligação entre as forças de segurança e as comunidades, estamos a apoiar iniciativas desportivas”.

A Fundação Agha Khan trabalha com as comunidades de Cabo Delgado nas áreas de agricultura, saúde, inclusão financeira, protecção social desde o ano de 2001. “A Fundação Agha Khan é um actor de desenvolvimento e não está alheia às questões de Direitos Humanos. Estamos a desenvolver relações de confiança e isso é muito importante. A Fundação Agha Khan sofreu um impacto tremendo com



os ataques dos extremistas violentos, mesmo assim vamos continuar a investir em Cabo Delgado, vamos continuar a trabalhar com as comunidades desta província”, prometeu Rahim Bangy, da Fundação Agha Khan.

Criada em Março de 2020 com o mandato de promover acções para o desenvolvimento socioeconómico em Nampula, Cabo Delgado e Niassa, a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte de Moçambique (ADIN) esteve representada pelo Prof João Machatine, Coordenador da Unidade de Gestão de Programas de Comunicação e Assuntos

Transversais. Na sua intervenção, pediu apoio aos parceiros internacionais para a abertura de vias rurais que seriam usadas para escoar produtos agrícolas.

Defendeu ainda que as instituições públicas devem ser apoiadas para aprofundarem o conhecimento sobre as causas do conflito, como forma de obter melhor entendimento sobre o fenómeno do extremismo violento. “Tomamos nota de que a reconstrução não significa apenas reabilitar edifícios, mas também reconstruir o tecido social”, disse o Prof João Machatine.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

